

Medida Provisória nº 1080, de 2021

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Alteração do FUNAPOL para previsão de alocação máxima de 30% da receita total para transporte, hospedagem e alimentação de servidores em missão ou em operação de natureza oficial e parcelas de caráter indenizatório.

Assunto: Administração Pública - Agentes Públicos

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Último local: 29/08/2022 - Secretaria de Expediente

Destino: À sanção

Último estado: 15/06/2022 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

23/05/2022

Decisão da Presidência

Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8,

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

Relatoria:

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Styvenson Valentim (encerrado em 24/05/2022 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

30/08/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 348, de 29/08/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término de prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no §11 do art. 62 da Constituição Federal, em 26 de agosto de 2022, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrente da Medida Provisória nº 1.080 de 2021, cujo prazo integral de vigência expirou em 15 de junho de 2022, com sua conversão na Lei nº 14.369, de 2022, publicada no mesmo dia, mês e ano.

29/08/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Em 26-08-2022 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1080, de 2021, cuja vigência encerrou-se em 15-06-2022, com a sanção da Lei nº 14.369, de 2022, publicada em 15-06-2022 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 01-09-2022).

TRAMITAÇÃO

Publicado no DCN Páginas 7 - DCN nº 33

27/06/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 251, de 27/06/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 309, de 2022, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (oriundo da Medida Provisória nº1080, de 2021), sancionada e transformada na Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022.

22/06/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 309, de 2022, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (Medida Provisória nº 1.080, de 2021), sancionado e convertido na Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 68 - DSF nº 97

Publicado no DSF Páginas 72 - DSF nº 97

20/06/2022 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Matéria aguardando edição de decreto legislativo (art. 62, § 11, da Constituição Federal e art. 11, § 2º, da Res. 1/2002-CN) até 26-08-2022.

15/06/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 14369 DE 2022.
DOUE (Diário Oficial da União - Edição Extra- N° 113-C) - 15/06/2022 - Seção I - págs. 1 e 1.
Sancionada em 15/06/2022.

26/05/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 181, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 64/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 182, de 184/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

25/05/2022 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

24/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 24/05/2022)
Encaminhado à publicação o PLV nº 9/2022.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 1-PLEN.
Proferido pelo Senador Styvenson Valentim o Parecer nº 173/2022-PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos

TRAMITAÇÃO

constitucionais de urgência e relevância; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 9/2022, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Discussão encerrada.

Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 9/2022, nos termos do parecer.

Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Publicado no DSF Páginas 71-77 - DSF nº 78

Publicado no DSF Páginas 206-214 - DSF nº 78

Publicado no DSF Páginas 38-43 - DSF nº 78

24/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Styvenson Valentim por deliberação da matéria.

24/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encerrado prazo para apresentação de destaques às 16h.
Não foram apresentados destaques.

24/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido novo Relatório do Senador Styvenson Valentim, às 11h58.

23/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebida Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas.

23/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido relatório do Senador Styvenson Valentim, às 11h.

23/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado o Senador Styvenson Valentim Relator de Plenário.

13/05/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

Publicado no DSF Páginas 71-77 - DSF nº 78

13/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Autógrafo n. 1 MESA, pela CÂMARA DOS DEPUTADOS.
Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 291/2022/SGM-P.

TRAMITAÇÃO

11/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação da Redação Final n. 1 PLEN, pelo Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA).

11/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 408/2021, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 1.080/2021 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 11/5/2022 - 13h55 - 59ª Sessão).
Discussão em turno único.
Votação do Requerimento da Bancada do Novo, que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.
Encaminhou a Votação o Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG).
Rejeitado o requerimento. Sim: 11; não: 343; total: 354.
Designado Relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.080, de 2021, na forma do Projeto de Lei de Conversão.
Discutiram a Matéria: Dep. Hildo Rocha (MDB-MA), Dep. Alencar Santana (PT-SP), Dep. Erika Kokay (PT-DF) e Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS).
Encerrada a discussão.
O projeto foi emendado. Foram apresentadas as Emendas de Plenário de nºs 1 a 2.
Designado Relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA), para proferir Parecer às Emendas de Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.
Parecer às Emendas de Plenário proferido pelo relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA), pela Comissão Mista, que conclui pela inconstitucionalidade da Emenda nº 1; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário nº 2 e, no mérito, pela sua rejeição.
Encaminharam a Votação: Dep. Erika Kokay (PT-DF) e Dep. Tiago Dimas (PODE-TO).
Votação preliminar em turno único.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e à adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela inadequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Votação, quanto ao mérito, em turno único.
Aprovada a Medida Provisória nº 1.080 de 2021, na forma do Projeto de Lei de Conversão, ressalvados os destaques.
Votação da Emenda de Plenário nº 2 ao Projeto de Lei de Conversão, com parecer pela rejeição.
Rejeitada a Emenda de Plenário nº 2 ao Projeto de Lei de Conversão.
Votação do DTQ 3: NOVO: Destaque para a votação em separado do Inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e por decorrência os § 2º, 3º e 4º do artigo 5º, bem como os artigos 5º-A, 5º-B e 5º-C, todos da Lei Complementar nº 89, alterados pelo art. 1º do PLV apresentado à MPV 1080/21, com vistas à sua supressão. (art. 161, I).
Encaminhou a Votação o Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG).
Mantido o texto.
Retirado o DTQ 1: PSB: Destaque de preferência para o texto original apresentado à Medida Provisória n. 1080/2021. (art. 161, IV).
Prejudicado o DTQ 2: PSB: Emenda de Plenário Nº 2 (art. 161, II).
Prejudicado o DTQ 4: PT: Emenda de Plenário Nº 1 (art. 161, II).
Votação da Redação Final.
Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA).
A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 1.080-A/2021) - (PLV 9/2022).

11/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 3 PLEN, pelo Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA).
Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 4 PLEN, pelo Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA).

10/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

TRAMITAÇÃO

10/05/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 1 PLEN, pelo Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA).
Apresentação do Parecer Preliminar de Plenário n. 2 PLEN, pelo Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA).

05/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

04/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

03/05/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

27/04/2022 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

26/04/2022 PLEN - Plenário

Ação: Designado Relator, Dep. Aluisio Mendes (PSC-MA)
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

18/03/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória por 60 dias. Data final após prorrogação: 25/05/2022. Motivação:
ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 12, DE 2022.

Publicado no DCN Páginas 1212 - DCN nº 10

18/03/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ato n. 12, de 17/03/2022, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 18/03/2022 – Seção 1 – Página 2)

03/02/2022 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 04/02/2022 PAG 1600

03/02/2022 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

23/12/2021 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido o Ofício n. 408/2021, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº 1.080, de 2021, que " Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências".
Recebida a Mensagem nº 698/2021, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1080/2021.

23/12/2021 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Ofício CN nº 408, de 23/12/21, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

22/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Retificação de assinatura da Medida Provisória nº 1.080, de 16 de dezembro de 2021.

21/12/2021 CMMPV 1080/2021 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1080, de 2021

Ação: No prazo regimental não foram apresentadas emendas à Medida Provisória.

À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados, nos termos do art. 7º do Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1 de 2020.

17/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: À COCM para recebimento de emendas.

16/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESPACHO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 16/12/2021 a 26/03/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 16/12/2021 a 20/12/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 20/12/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

16/12/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 16/12/2021, Edição Extra B, na página 1, a Medida Provisória 1080/2021.

Publicado no DOU Páginas 1 Edição Extra (nº B)

DOCUMENTOS

MPV 1080/2021

Data: 16/12/2021

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Calendário

Data: 16/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 16/12/2021 a 26/03/2022
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 16/12/2021 a 20/12/2021(art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 12/03/2022 (46º dia)

* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 20/12/2021.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

Quadro Comparativo

Data: 16/12/2021

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Publicada no DOU de 16/12/2021, Edição Extra B, na página 1, a Medida Provisória 1080/2021.

Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original e a legislação alterada

Avulso inicial da matéria

Data: 17/12/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: -

Sumário Executivo

Data: 17/12/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Sumário executivo da MPV nº 1080/2021

Edição de Diário Oficial

Data: 22/12/2021

Autor: Senado Federal

DOCUMENTOS

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Retificação de assinatura da Medida Provisória nº 1.080, de 16 de dezembro de 2021.

Descrição/Ementa: Retificação de assinatura da Medida Provisória nº 1.080, de 16 de dezembro de 2021.

OFCN 408/2021

Data: 23/12/2021

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Ofício CN nº 408, de 23/12/21, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o processado da Medida Provisória nº 1080, de 2021.

Nota Técnica

Data: 26/01/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 1080, de 2021

Descrição/Ementa: NOTA TÉCNICA Nº 60/2021

Avulso de PLV

Data: 13/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: Avulso PLV 9/2022.

Quadro Comparativo

Data: 13/05/2022

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Aguardando leitura no Senado Federal.

Descrição/Ementa: Comparação entre a MPV 1080/2021 e o PLV 9/2022.

Correspondência Eletrônica

Data: 17/05/2022

Autor: Cidadão Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Paraná - SinDPF - PR

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Correspondência Eletrônica do Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Paraná (SinDPF - PR), solicitando apoio ao Parecer do Relator Aluísio Nunes na MPV 1080/2021, que está pronto para votação. Ressalta que os direitos relativos ao FUNAPOL (Fundo para Aparentamento e Operacionalização da Polícia Federal) estão previstos no texto.

Relatório Legislativo

Data: 23/05/2022

Autor: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido relatório do Senador Styvenson Valentim, às 11h.

Descrição/Ementa: MPV 1080/2021

EMENDA 1 PLEN - MPV

Data: 23/05/2022

Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebida Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas.

Descrição/Ementa: Emenda a MPV 1080/2021

Relatório Legislativo

Data: 24/05/2022

Autor: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido novo Relatório do Senador Styvenson Valentim, às 11h58.

Descrição/Ementa: MPV 1080/2021 Novo

Autógrafo aprovado na

Data: 24/05/2022

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol).

P.S 173/2022 - PLEN

Data: 24/05/2022

Autor: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 24/05/2022)
Encaminhado à publicação o PLV nº 9/2022.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 1-PLEN.
Proferido pelo Senador Styvenson Valentim o Parecer nº 173/2022-PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 9/2022, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 9/2022, nos termos do parecer.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Descrição/Ementa: Parecer nº 173/2022-PLEN/SF

Avulso de emendas

Data: 24/05/2022

Autor: Senado Federal

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: (Sessão Deliberativa Ordinária - Semipresencial realizada em 24/05/2022)
Encaminhado à publicação o PLV nº 9/2022.
Encaminhada à publicação a Emenda nº 1-PLEN.
Proferido pelo Senador Styvenson Valentim o Parecer nº 173/2022-PLEN/SF, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, e, no mérito, pela aprovação do PLV nº 9/2022, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN.
Discussão encerrada.
Aprovados, conjuntamente, os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria; e, no mérito, aprovado o PLV nº 9/2022, nos termos do parecer.
Ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
(Deverá ser observado o prazo para edição de Projeto de Decreto Legislativo - art. 11, § 2º, Resolução nº 1/2002-CN)

Descrição/Ementa: -

Minuta

Data: 25/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPCN 64/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 181, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 64/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 182, de 184/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (Medida Provisória nº 1080, de 2021).

OFCN 181/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 181, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 64/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 182, de 184/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência do Senado Federal submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (Medida Provisória nº 1080, de 2021).

OFCN 182/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 181, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 64/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 182, de 184/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (Medida Provisória nº 1080, de 2021).

Autógrafo - PLV 9/2022

Data: 26/05/2022

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 181, de 26/05/22, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, encaminhando a Mensagem CN nº 64/22, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto.

Remetido Ofício CN nº 182, de 184/05/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Altera a Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL, e dá outras providências.

Mensagem

Data: 21/06/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Mensagem da Presidência da República nº 309, de 2022, que restitui os autógrafos do Projeto sancionado.

Documento Não categorizado

Data: 21/06/2022

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Demais documentos de restituição de autógrafo.

OFCN 251/2022

Data: 27/06/2022

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 251, de 27/06/22, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 309, de 2022, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (oriundo da Medida Provisória nº1080, de 2021), sancionada e transformada na Lei nº 14.369, de 15 de junho de 2022.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o recebimento do autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2022 (Medida Provisória nº 1080, de 2021).

OFCN 348/2022

Data: 30/08/2022

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 348, de 29/08/22, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término de prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no §11 do art. 62 da Constituição Federal, em 26 de agosto de 2022, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrente da Medida Provisória nº 1.080 de 2021, cujo prazo integral de vigência expirou em 15 de junho de 2022, com sua conversão na Lei nº 14.369, de 2022, publicada no mesmo dia, mês e ano.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1080, de 2021.